



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

PROCESSO N.º 33.095/2007 (08 volumes)

PARECER N.º 0166/2012–DA

EMENTA: Contrato nº 2/2007. Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAP/DF e Fundação Universidade de Brasília – FUB. Dispensa de Licitação. Indícios de irregularidades. Inspeção. Diligência e audiência. Inspetoria verifica insubsistência nas declarações de defesa e puna que o Tribunal aplique penalidade aos executores, instaure de Tomada de Contas Especial e considere irregular a execução do contrato. Parecer convergente do Ministério Público.

Versam os autos sobre o Contrato nº 02/2007, celebrado entre a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAP/DF e a Fundação Universidade de Brasília – FUB, por dispensa de licitação, com vistas à prestação de serviços de consultoria especializada e de gestão técnico-administrativa, relacionados ao desenvolvimento e acompanhamento de planos, programas e projetos, à capacitação profissional e operacional, à formatação e produção de recursos institucionais bem como ao desenvolvimento gerencial, constantes do Plano de Trabalho – Anexo I e do Cronograma de Atividades – Anexo II.

2. Em sua última assentada, o Tribunal, mediante a Decisão nº 4711/2010, deliberou pela audiência dos responsáveis pelas irregularidades detectadas e pela diligência junto aos jurisdicionados, dentre outras, nos termos abaixo:

O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos documentos referentes à execução do Contrato nº 002/2007, bem como dos trabalhos de inspeção realizados; II – determinar: a) a audiência dos servidores indicados no parágrafo 40 do Relatório de Inspeção nº 01/2010, fl. 421, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa uma vez que foram apontados, no processo em exame, responsáveis pela falta de acompanhamento e fiscalização das sucessivas subcontratações constatadas e da antieconomicidade do Contrato nº 002/2007, contrariando as cláusulas 3.5, 3.6, 3.7, 3.8 e 3.9 desse ajuste, bem assim o artigo 13, inciso II e § 3º, incisos I, III, IV, V e VI, do Decreto nº 16.098/1994 e o princípio da economicidade, fato que, caso não seja devidamente refutado, poderá dar ensejo à imposição da penalidade prevista no artigo 57, inciso III, da Lei Complementar nº 01/1994; b) à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAP/DF que: (1) encaminhe a este Tribunal e à Corregedoria Geral as providências adotadas para solução da divergência existente entre a Jurisdicionada e a Fundação Universidade de Brasília - FUB quanto aos valores ainda devidos pela contratante, acompanhadas dos documentos probantes; (2) se ainda não o fez e até ulterior deliberação desta Corte, abstenha-se de proceder ao pagamento à FUB dos valores resultantes da execução do Contrato nº 002/2007 em relação aos quais há divergência entre a FAP/DF e a FUB; c) ao nominado no parágrafo 51 do Relatório de Inspeção nº 01/2010 que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente justificativas circunstanciadas para o recebimento do valor de R\$ 10.431,00 (dez mil, quatrocentos e trinta e um reais), por meio da OB 902884/2007, emitida pela Editora Universidade de Brasília, acompanhadas de cópia da prestação de contas correspondente, se for o caso; III - conceder o prazo de 30 (trinta) dias à Fundação Universidade de Brasília - FUB, para que se manifeste a respeito das conclusões lançadas pela 1ª Inspetoria de Controle Externo deste Tribunal de Contas no Relatório de Inspeção nº



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

001/2010 e na Informação nº 084/2010, que consideram irregular a execução do objeto do Contrato nº 2/2007, celebrado com a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAP/DF; IV - solicitar, ainda, à Fundação Universidade de Brasília - FUB as seguintes informações sobre a execução do Contrato nº 2/2007: a) descrição dos serviços objeto do ajuste em referência realizados por terceiros; b) qualificação dos prestadores dos serviços; c) cópia dos contratos firmados com os prestadores dos serviços; d) cópia dos documentos que comprovem os pagamentos realizados aos prestadores dos serviços; V - autorizar encaminhamento de cópia da Informação nº 084/2010, do Parecer nº 665/2010 do MPC/DF e do relatório/voto do Relator aos interessados para subsidiar o cumprimento desta deliberação plenária e o retorno dos autos à inspetoria de origem. Parcialmente vencidos a Conselheira MARLI VINHADELI e o conselheiro MANOEL DE ANDRADE, que seguiram o voto do Relator, à exceção da seguinte expressão constante da alínea "b", do item II: "abstenha-se de proceder ao pagamento à FUB dos valores resultantes da execução do Contrato nº 002/2007 em relação aos quais há divergência entre a FAP/DF e a FUB".

3. Por conseguinte, foram devidamente cientificados os destinatários da deliberação (FAPDF, FUB, **Izalci Lucas Ferreira, Silvio Roberto Sakata, Saulo de Oliveira Duarte e Maria Amélia Teles**), conforme documentação constante às fls. 482, 483, 484, 485 e 487.

Item II, letra “c” da Decisão nº 4711/2010

Sr. Izalci Lucas Ferreira (fls. 490/491)

4. O Senhor Izalci Lucas Ferreira, titular da Secretaria de Ciência e Tecnologia, à época, foi chamado em audiência para justificar o valor recebido pela Ordem Bancária nº902884/2007, no valor de R\$10.431,00.

5. Em sua defesa, argüiu, em síntese, que recebeu o valor em questão para custear despesas de diárias e passagens aéreas, vez que, na qualidade de Secretário de Estado, participou de missão técnica na Tailândia, Japão e Coréia do Sul, realizada entre 10 e 25 de outubro de 2007, tendo a mesma sido autorizada pelo Senhor Governador.

6. Acostou aos autos, com o escopo de comprovar o alegado, cópia dos relatórios de modelo de gestão (fls. 493/613), avaliação do contexto do Parque Tecnológico Capital Digital e relato da missão técnica de visita elaborado pela UNN (fls. 615/630).

Item II, letra “a” da Decisão nº 4711/10 – Srs. Saulo de Oliveira Duarte, Maria Amélia Teles e Silvio Roberto Sakata

7. Os senhores acima foram chamados em razão da falta de acompanhamento e fiscalização das sucessivas subcontratações e antieconomicidade do contrato em tela.

Sr. Saulo de Oliveira Duarte (fls. 657/658)

8. Argumentou que sua contribuição ocorreu apenas no tocante ao Programa de Parques Tecnológicos e que, diante da alta complexidade do programa, elaborou Termo de Referência para contratação de consultoria de planejamento, execução e acompanhamento da implantação do Parque Tecnológico Capital Digital.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

9. Que, quando recebeu os produtos pela FAD/DF, realizou verificação de sua conformidade com o Termo de Referência pertinente, em conjunto com as equipes técnicas da Secretaria e FAP-DF, verificando que os produtos entregues atendiam às exigências solicitadas, em consonância ao que dispunham o Decreto nº 16.098/04 e o contrato.

10. No que se refere à falta de fiscalização das sucessivas subcontratações, asseverou que tal afirmativa encontra-se equivocada e que, relativamente ao Parque Tecnológico Capital Digital, os trabalhos foram executados pelo corpo docente da Universidade de Brasília e que desconhece a realização de subcontratações para elaboração dos produtos PTCD.

11. Alegou que os valores praticados foram previamente analisados e aprovados pela Corte, nos termos da Decisão nº 6.308/07.

Sra. Maria Amélia Teles (fls.659/664)

12. Trouxe, primeiramente, cópia dos parágrafos 26, 27 e 28 da Informação nº 221/2007, bem como da Decisão nº 6.308/2007¹, onde o Tribunal considerou regular o ajuste que tinha por objeto a prestação de serviços de consultoria e de gestão técnico administrativa.

13. Além disso, afirmou que, no tocante ao acompanhamento do Contrato nº 02/2007 – FAB/DF, assegurou seu rigoroso cumprimento e que na execução se dava com a expedição de Ordem de Serviço e Termo de Referência, que traziam, em seu bojo, a indicação do coordenador do programa, que acompanhava e fiscalizava o desenvolvimento. Registrou que o pagamento ocorria por meio da apresentação da fatura e do relatório detalhado de acompanhamento do produto contratado, tudo em cumprimento ao Decreto nº 16.098/94 e ao contrato.

14. Apontou, ainda, que foi constatado, em março de 2008, que a UNB havia subcontratado a FEPAD, sem que, em nenhum momento, a FAPDF tivesse manifestado concordância com as subcontratações perpetradas pela UNB para execução do objeto contratual.

15. Relativamente à economicidade do contrato, noticiou que os valores praticados estavam em convergência com o voto do Conselheiro Renato Rainha e da Informação nº 221/2007, oriunda da 1ªICE.

Sr.Silvio Roberto Sakata

16. De início, esclareceu que não foi designando como executor do Contrato nº 02/2007, não tendo, com isso, responsabilidade sobre a fiscalização do cumprimento contratual ou de

¹ O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do Contrato nº 2/2007, firmado entre a Fundação Universidade de Brasília e a Fundação de Apoio a Pesquisa do Distrito Federal, com fulcro no artigo 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/1993; II - considerar regular o ajuste que tem por objeto a prestação de serviços de consultoria e de gestão técnico-administrativa, relacionadas ao desenvolvimento e acompanhamento de planos, programas e projetos, à capacitação operacional, à capacitação profissional, à formatação e produção de recursos institucionais, ao desenvolvimento gerencial, constantes do Plano de Trabalho - Anexo I e do Cronograma de Atividades - Anexo II; III - determinar a 1ª Inspetoria que inclua os autos em roteiro de auditoria, a fim de verificar a regularidade da execução dos serviços contratados pela Fundação de Apoio a Pesquisa do Distrito Federal; IV - autorizar a devolução dos autos à Inspetoria para os devidos fins.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

eventuais empresas subcontratadas pela FUB/UNB e que não procedem as informações prestadas às fls. 420/421.

17. Esclareceu que o contrato era da FAPDF com a FUB/UNB, competindo à FUB/UNB a execução do DF Digital e a respectiva prestação de contas, mediante relatórios encaminhados ao justificante para validação das ordens de serviço e que a comprovação dos serviços eram feitas dentro da maior transparência.

18. Afiançou que os documentos acostados (fls.393 e 411/412) comprovam o gerenciamento técnico de resultados e das metas do DF Digital, que, à época, eram feitos pelo defendente.

19. Esclareceu que o custo individual por aluno se mostra incorreto na interpretação e no conceito de como os cursos são gerenciados pelo software LMS. Disse que é necessário computar a análise dos custos operacionais do programa e não apenas o número de alunos certificados.

20. Assinalou que a economicidade do programa foi objeto de estudos técnicos pela Subsecretaria de Inclusão Digital, Inovação e Gestão de Infraestrutura, os quais permitiram que o Projeto Básico da FADF pudesse reduzir os custos de inclusão digital, em 63%, se comparados com os custos dos Centros Integrados de Tecnologia da Informação (antigos CITI).

Itens III e IV da Decisão nº 4711/2010

21. Por intermédio do Ofício nº 0916/2011-FUB/UnB (fls.916/917), a Universidade de Brasília encaminhou a documentação localizada no âmbito da FUB, no que se refere ao item IV da Decisão nº 4711/2010, qual seja: cópia do Contrato nº 002/2007; Ofício 287/2007 – CNP-FEPAD, o qual declarou o interesse da FEPAD em executar a expansão do projeto DF Digital; Ordens de Serviço n.º 001/2007 ao n.º 009/2007; Ofício VRT nº 28/2008, o qual encaminhou à Presidente da FAP/DF o relatório acerca da execução do Contrato nº 002/1007; relação de pagamentos acerca da execução do contrato; extrato de operações bancárias da conta do contrato; e demonstração da execução do contrato.

22. Foi encaminhada, também, cópia do Parecer n.º 861/2011, da lavra da Procuradoria Federal junto à FUB, onde o parecerista, em resumo, afirma que a entidade possui vinculação subordinativa somente junto ao Tribunal de Contas da União.

23. Com relação ao item III, a Universidade de Brasília solicitou que fossem encaminhados àquela instituição a Informação nº 84/2010 e o Relatório de Inspeção nº 001/2010, a fim de viabilizar manifestação.

24. Ao proceder minuciosa análise dos autos e das respostas ofertadas, a diligente Área Técnica, por meio da Informação nº0194/2011 (fls.1507/1534), concluiu e sugeriu ao Plenário:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

Por todo o exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:

I. tome conhecimento dos documentos apresentados às fls. 489/1505 em cumprimento às audiências e diligências plenárias determinadas na Decisão nº 4711/2010;

II. considere irregular a execução contratual em razão da falta de acompanhamento e fiscalização das sucessivas subcontratações constatadas e da antieconomicidade do contrato, contrariando as cláusulas 3.5, 3.6, 3.7, 3.8 e 3.9 do ajuste, bem assim o art. 13, inciso II e § 3º, incisos I, III, IV, V e VI do Decreto nº 16.069/94 e o Princípio da Economicidade que deve nortear a gestão de recursos públicos;

III. considere insubsistentes as alegações apresentadas em cumprimento ao item II alínea “a” da Decisão nº 4711/2010 e impute a penalidade prevista no art. 57, inciso III, da Lei Complementar nº 01/94 aos executores do Contrato nº 02/2007 entre a FAPDF e a FUB, nominados no parágrafo 13 da presente informação;

IV. reitere à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAP/DF determinação no sentido de encaminhar a este Tribunal as providências adotadas para solução da divergência existente entre a Jurisdicionada e Fundação Universidade de Brasília - FUB quanto aos valores ainda devidos pela contratante, acompanhadas dos documentos probantes, nos termos do item II, “b”, da Decisão nº 4711/2010 ;

V. determine:

a) ao nominado no parágrafo 6 da presente instrução para que apresente, no prazo de 30 (trinta) dias, a cópia da prestação de contas com vistas a comprovar a correta aplicação do recurso recebido por meio da OB 902884/2007 emitida pela Editora Universidade de Brasília;

b) à Secretaria de Estado de Transparência e Controle e Corregedoria Geral que, com fulcro no art. 3º, inciso II, do Decreto nº 30.200/2009, instaure tomada de contas especial com vistas a quantificar e indicar os responsáveis pelos prejuízos decorrentes da apuração destes autos, conforme determinado no presente relatório de inspeção e ainda apontado no trabalho de auditoria realizado pela Controladoria-Geral do Distrito Federal;

I. autorize:

a) o encaminhamento do presente relatório à Pasta Governamental citada no item anterior e a FAP/DF para subsidiar o cumprimento da decisão que este Tribunal vier a proferir;

b) o retorno dos autos a esta ICE;

c) o sobrestamento do exame da defesa apresentada pelo nominado no parágrafo 6 da instrução até o cumprimento da alínea a do item acima ou o decurso do prazo lá estipulado.

25. Encaminhados os autos ao Ministério Público para opinar, ressaltando, preliminarmente, que as considerações tecidas pela Unidade Técnica não são merecedoras de reparos.

Item II, letra “c” da Decisão nº 4711/2010

26. Quanto às razões invocadas pelo Sr. **Izalci Lucas Ferreira**, constata-se que, apesar de ter acostado documentação comprovando a realização da viagem, tais como, relatório, autorização de afastamento do país etc., não demonstrou como aplicou os valores recebidos. Não há, por exemplo, comprovação dos gastos com bilhetes aéreos ou hospedagem.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

27. O dever de prestar contas de todos quantos administrem bens públicos em nome dos demais cidadãos decorre do princípio republicano (de *res publicae*), predominante na Constituição Federal.

28. O gestor público administra interesses de uma coletividade, motivo pelo qual deve sempre prestar contas de quanto e como gastou os valores, devolvendo aos legítimos interessados o poder de fiscalizar, originariamente pertencente à sociedade.

29. Dessa forma, antes de opinar sobre o mérito do cumprimento do item II, letra “c” da Decisão 4711/2010, entendo, em consonância com a Unidade Técnica, que deve o Tribunal determinar que o Sr. **Izalci Lucas Ferreira**, em novo e improrrogável prazo, comprove a correta utilização do recurso público recebido.

Item II, letra “a” da Decisão nº 4711/10 – Srs. Saulo de Oliveira Duarte, Maria Amélia Teles e Silvio Roberto Sakata

30. É frágil o argumento apresentado pelos Senhores **Saulo de Oliveira Duarte, Silvio Roberto Sakata e Maria Amélia Teles**, dando conta que o Plenário da Corte e a Unidade Técnica declararam que não houve irregularidade na subcontratação.

31. Ao examinar a deliberação que considerou regular a avença (Decisão nº 6308/07), constata-se que o exame se deu tão somente no tocante à análise formal do ajuste amparado no artigo 24, XIII da Lei 8.666/93 e não no que tange à subcontratação.

32. A proibição de subcontratar decorre diretamente da Lei nº 8.666/93, na hipótese de contratação, por dispensa, com amparo no artigo 24, inciso XIII. Com efeito, no caso concreto em exame, a subcontratação foi realizada de forma contrária ao ordenamento jurídico.

33. É necessário que haja o acompanhamento dos contratos para que o interesse público seja resguardado. Desdobrando o texto do art. 67 da Lei nº 8.666, observa-se que o legislador usou tom imperativo na frase “*A execução do contrato deverá ser (...)*” impondo, com isto, uma obrigação, um dever.

34. Igualmente, o Decreto nº 19.068/94, que dispõe sobre as normas de execução financeira e orçamentária no Distrito Federal, estabelece obrigações aos executores contratuais no sentido de acompanhar e fiscalizar, de forma rigorosa, o efetivo implemento do ajuste.

35. A contratação efetivada com fundamento no art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/1993, não permite a subcontratação dos serviços, premissa já delineada no voto do Ministro do Tribunal de Contas da União, Ubiratam Aguiar (Acórdão 1.345/2005), in verbis:

*“...neste caso, a impossibilidade da subcontratação é evidente. Se uma entidade é contratada por dispensa de licitação por possuir determinados atributos, como é o caso das entidades contratadas com base no art. 24, inciso XIII, por óbvio não se pode permitir a subcontratação, pois isso implicaria transferir a execução dos serviços para uma outra pessoa que não possui aqueles atributos que fundamentaram a contratação **Esse procedimento constitui uma verdadeira***



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

burla ao certame licitatório, notadamente quando essa subcontratação é integral" (...)".grifos meus

36. A imposição de fiscalização da execução do contrato decorre dos artigos 58, III e 67 da Lei 8.666/93. Segundo Marçal Justen Filho, *"a fiscalização pela Administração não é mera faculdade assegurada a ela. Trata-se de um dever a ser exercitado para melhor realizar o interesse público. Parte-se do pressuposto, inclusive, de que a fiscalização induz o contratado a executar de modo mais perfeito os deveres a ele impostos"*.

37. Sobre o tema, cabe ainda transcrever texto elucidativo de Jessé Torres Pereira Jr. (**in** Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública, 6ª ed., Renova, p. 700), **verbis**:

"Em verdade, a norma do art. 72 estabelece uma regra geral e prevê a sua exceção. A regra: o contratado não pode subcontratar. A exceção: poderá subcontratar se for em parte e desde que tal possibilidade houvesse sido prevista no ato convocatório e no contrato, vedada a inclusão, em regulamento, de autorização genérica para subcontratar, uma vez que a subcontratação terá de ser expressamente admitida em cada contrato, inclusive com a fixação de limite condizente com o objeto deste.

Deduz-se do artigo que:

- (a) *é absolutamente proibida, em qualquer circunstância, a subcontratação da totalidade do objeto do contrato;*
- (b) *omisso o ato convocatório ou o contrato (este, se não houve licitação), deve entender-se que a subcontratação será ilegal, se ocorrer;*
- (c) *verificando-se a subcontratação não autorizada, ou efetivada além dos limites estabelecidos no ato convocatório ou no contrato, configura-se motivo para rescisão unilateral do contrato pela Administração, sem embargo da imposição da penalidade administrativa que vier a ser decidida em face da inexecução do contrato pelo contratado."*

38. Comprovada está a responsabilidade dos executores do contrato e nominados no parágrafo 30, que assinaram as ordens de serviço, conforme o seguinte quadro demonstrativo:

Executor	Ordem de serviço	Anexo IV (fls.)
Silvio Roberto Sakata - Subsecretário da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia	001/2007, 003/2007, 005/2007, 007/2007	285, 324, 458, 770
Saulo de Oliveira Duarte	002/2007, 006/2007, 009/2007	306, 589, 814
Maria Amélia Teles – Diretora-Presidente da FAP/DF	008/2007	783

39. Acerca da antieconomicidade do Contrato, também cabe trazer trechos Relatório de Inspeção realizado pela Corregedoria – Geral do DF, que traz as seguintes conclusões (fls. 793):



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

Podemos concluir pela inconformidade e irregularidade dos procedimentos adotados no Contrato de Prestação de Serviços nº 002/2007, firmado em 13 de junho de 2007, entre a Fundação de Apoio à Pesquisa FAP e a Fundação Universidade de Brasília FUB no exercício de 2007 e 2008 (1º semestre), relativos à execução de atividades de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico DF Digital/Telecentros, sob a responsabilidade daquela Unidade. Em face da Inspeção física realizada, e considerando a inacessibilidade dos documentos e faturas comprobatórias de pagamentos realizados, que prejudicaram a completa apuração de irregularidades na prestação de contas do Contrato nº 002/2007 FAP/FUB, somos de opinião de que a Corregedoria-Geral do Distrito Federal, com apoio do Ministério Público e o egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal, providencie abertura de Procedimentos Administrativos Disciplinares PAD e Tomada de Contas Especial TCE”

40. Do mesmo modo, confirma-se que o valor dispendido pelo Poder Público, por participante, nos cursos disponibilizados nos telecentros, chegou a R\$1.172,73, segundo item 56 do Relatório de Inspeção 001/2010.

41. O valor obtido afigura-se incompatível com a natureza e carga horária dos cursos ministrados, haja vista que eram oferecidos virtualmente, sem a presença de um professor, além da carga horária variável de 10 a 40 horas.

42. Além disso, de acordo com o quadro constante à fl. 417 (item 27), a diferença entre o valor pago pela FAP à UNB e o valor cobrado pelas empresas executoras foi de R\$611.000,00, em apenas uma parte do objeto contratado.

43. Relativamente ao argumento trazido pelo Senhor Silvio Roberto Sakata, no sentido de que o custo individual médio por curso não foi de R\$1.170,00, como afirmado pela Inspetoria, mas sim de R\$61,00, não merece ser acolhido em virtude da ausência de informações de como se chegou a este valor tampouco a fonte usada para cálculo. Trata-se de mera ilação que não tem o condão de rebater os sólidos argumentos apresentados pela Área Técnica.

44. Por todo o exposto, as defesas apresentadas pelos justificantes não conseguiram elidir a responsabilidade a eles atribuída, devendo a Corte, além de considerar irregular a execução contratual, imputar a penalidade prevista no art. 57, III, da LC 01/94, aos nominados no parágrafo 30 deste Parecer.

Itens III e IV da Decisão nº 4711/10

45. Como bem demonstrou a Inspetoria, a diligência dirigida à entidade federal não tinha o condão de imputar-lhe penalidade, mas sim obter documentos sobre o contrato em que figurou como parte.

46. Noutro giro, em consonância com a área Técnica e, em vista da necessidade de quantificar e indicar os responsáveis pelos prejuízos decorrentes da apuração ora examinada, opina este órgão ministerial, no sentido de que o Tribunal, em razão da falta de documentação fiscal para comparar o os preço praticados pelas empresas prestadoras e o efetivamento pago



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

pela FAPDF, determine a instauração da competente Tomada de Contas Especial, com amparo no artigo 3º, II, do Decreto 30.200/09.

47. Pelo exposto, este **Parquet** acompanha, *in totum* as sugestões alvitadas pelo Corpo Técnico, por meio da Informação nº 0194/2011 (fls.1507/1534).

É o parecer.

Brasília, 10 de fevereiro de 2012.

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador